

# GUIA PRÁTICO

## REDUÇÃO DA TAXA CONTRIBUTIVA TRABALHADORES COM DEFICIÊNCIA

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P



## **FICHA TÉCNICA**

### **TÍTULO**

Guia Prático – Redução da Taxa Contributiva – Trabalhadores com Deficiência  
(2007 – v5-09)

### **PROPRIEDADE**

Instituto da Segurança Social, I.P.

### **AUTOR**

Departamento de Prestações e Contribuições

### **PAGINAÇÃO**

Departamento de Comunicação e Gestão do Cliente

### **CONTACTOS**

Linha Segurança Social: 300 502 502 / 210545400, dias úteis das 9h00 às 18h00

Site: [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt), consulte a Segurança Social Direta.

### **DATA DE PUBLICAÇÃO**

28 de maio de 2021

## ÍNDICE

A – O que é? .....	4
B1 – Quem tem direito a este apoio/esta redução? .....	4
B2 – Que outros produtos se relacionam com este? .....	4
C1 – Que formulários e documentos tenho que entregar? .....	4
Formulários .....	4
Documentos necessários .....	5
Onde se pode pedir .....	5
Até quando se pode pedir .....	5
C2 – Quando é que me dão uma resposta? .....	5
D1 – Como funciona este apoio? Que apoio recebo? .....	5
D2 – Como posso pagar? .....	6
Como e onde pagar as contribuições à Segurança Social .....	6
Quando pagar as contribuições à Segurança Social .....	7
D3 – Quais as minhas obrigações? .....	7
D4 – Em que condições termina? .....	7
E1 – Legislação Aplicável .....	8
E2 – Glossário .....	8

## **A – O que é?**

As Entidades Empregadoras que celebrem um contrato de trabalho sem termo com uma pessoa com deficiência – desde que a mesma tenha capacidade para o trabalho inferior a 80% da capacidade normal exigida a um trabalhador não deficiente, no cumprimento das mesmas funções têm direito a uma redução da *taxa contributiva*.

## **B1 – Quem tem direito a este apoio/esta redução?**

### **Condições para ter direito à redução da *taxa contributiva***

Para ter direito à redução da taxa contributiva, a Entidade Empregadora tem de cumprir certas condições, nomeadamente:

1. Ter os pagamentos de contribuições à Segurança Social em dia;
2. Ter situação tributária regularizada perante a Administração Fiscal.

## **B2 – Que outros produtos se relacionam com este?**

- Dispensa de pagamento de contribuições - Emprego a Reclusos em Regime Aberto
- Redução temporária de 50% da taxa contributiva durante o período de 5 anos - Primeiro Emprego
- Redução temporária de 50% da taxa contributiva durante o período de 3 anos – Desempregado de Longa Duração
- Isenção temporária da taxa contributiva durante o período de 3 anos – Desempregado de Muito Longa Duração
- Redução da taxa contributiva – Trabalhadores em situação de Pré-Reforma
- Redução da taxa contributiva - Emprego a Reclusos em Regime Aberto

## **C1 – Que formulários e documentos tenho que entregar?**

Formulários

Documentos necessários

Onde se pode pedir

Até quando se pode pedir

### **Formulários**

Mod. GTE 85 – DGSS - Contratação de Trabalhador com Deficiência, disponível nos serviços de atendimento da Segurança Social e para impressão na Internet.

Este Formulário/Modelo encontra-se disponível em [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt), no menu " **Acessos Rápidos**", selecionar "Formulários" e no campo "**Pesquisar por palavra-chave**" inserir número do formulário ou nome do modelo.

#### **Documentos necessários**

- ✓ Fotocópia de documento onde conste o Número de Identificação da Segurança Social (NISS), (no caso de não ter Cartão de Cidadão), Bilhete de Identidade, Certidão do Registo Civil, Boletim de Nascimento ou Passaporte);
- ✓ Atestado Médico de Incapacidade Multiuso emitido pelos Serviços de Saúde ou pelos Serviços do Instituto de Emprego e Formação Profissional; que ateste a situação de deficiência e respetivo grau;
- ✓ Cópia autenticada do Contrato de Trabalho sem Termo;
- ✓ Cópia de Certidão (da Autoridade Tributária) comprovativa de situação tributária regularizada, com validade.

#### **Onde se pode pedir**

O requerimento, bem como os documentos indicados, devem ser entregues pela Entidade Empregadora, em qualquer Serviço de Atendimento da Segurança Social.

#### **Até quando se pode pedir**

No prazo de 10 dias, a contar da data de início do contrato de trabalho. No entanto, caso a Entidade Empregadora peça a redução de taxa fora daquele prazo, apenas tem direito a partir do início do mês seguinte em que o pedido deu entrada na Instituição de Segurança Social competente.

### **C2 – Quando é que me dão uma resposta?**

No prazo de 30 dias a contar da entrega do requerimento (se entregar todos os elementos necessários).

### **D1 – Como funciona este apoio? Que apoio recebo?**

A Entidade Empregadora passa a pagar 11,9% sobre as remunerações do trabalhador enquanto durar o contrato de trabalho. O trabalhador paga 11% (entregues pela Entidade Empregadora) – Taxa Total: 22,9%.

## **D2 – Como posso pagar?**

Como e onde pagar as contribuições à Segurança Social

Quando pagar as contribuições à Segurança Social

### **Como e onde pagar as contribuições à Segurança Social**

#### **Modalidades de Pagamento**

1. Na posse do documento de pagamento:

- Multibanco;
- Nas tesourarias das instituições de Segurança Social:
  - Através do terminal de pagamento automático (TPA) – sem limite de valor.
  - Em dinheiro – até ao limite de 150,00€.
  - Por cheque visado, cheque bancário e cheque emitido pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, EPE – sem limite de valor.

2. Pagamento por Homebanking, de acordo com a seguinte lista:

[Lista de entidades Bancárias 2021](#)

3. Nas Instituições de Crédito ou outros prestadores de serviços financeiros que para o efeito celebrem acordo com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.;

#### **Pode ser feito em:**

- Dinheiro;
- Ordem de pagamento;
- Cheque do próprio Banco;
- Serviços on-line do Banco.

#### **Não se esqueça que ao pagar por cheque deve:**

- Indicar na parte de trás do cheque o Número de Identificação Fiscal (NIF) da Entidade Empregadora, o ano e o mês a que se referem as contribuições;
- O cheque deve ser passado à ordem do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.;
- Pedir o comprovativo do pagamento, confirmar que os dados estão corretos e guardá-lo.

4. Enviando um cheque visado, cheque bancário ou cheque emitido pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, EPE, por correio registado, para qualquer tesouraria da Segurança Social à ordem do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.

### **Quando pagar as contribuições à Segurança Social**

Do dia 10 ao dia 20 do mês seguinte àquele a que dizem respeito as contribuições.

Se pagar fora do prazo, tem de pagar juros sobre o valor que está em atraso.

### **D3 – Quais as minhas obrigações?**

A Entidade Empregadora tem de:

- Entregar a declaração de remunerações dos trabalhadores ao seu serviço até ao dia 10 do mês seguinte àquele a que diz respeito;
- Entregar uma declaração de remunerações à parte para os trabalhadores com deficiência (porque têm uma taxa diferente);
- Pagar as contribuições à Segurança Social;
- Comunicar qualquer facto ou situação que constitua infração aos direitos e deveres perante a Segurança Social.
- Manter a situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Administração Fiscal.

### **D4 – Em que condições termina?**

**Deixa de ter direito à redução da taxa contributiva se:**

- Não entregar as declarações de remunerações dentro do prazo ou não incluir algum trabalhador nessas declarações;
- Se contrair dívida à Segurança Social ou à Administração Fiscal, o benefício acaba a partir do mês seguinte àquele em que é contraída a dívida;
- O trabalhador com deficiência deixar de estar ao seu serviço.

**Nota<sup>1</sup>:** Se o estabelecimento for vendido ou trespessado, mas se mantiverem os contratos de trabalho celebrados com a anterior Entidade Empregadora, a redução das taxas contributivas **continua**.

**Nota<sup>2</sup>:** A redução da taxa contributiva pode ser retomada a partir do mês seguinte àquele em que tiver lugar a regularização da situação contributiva perante a Segurança Social e a Administração Fiscal.

## **E1 – Legislação Aplicável**

**Aviso n.º 369/2021, de 7 de janeiro**, **Aviso n.º 366/2020, de 9 de janeiro**; **Aviso n.º 212/2019, de 4 de janeiro**; **Aviso n.º 235/2017, de 4 de janeiro**; **Aviso n.º 139/2017, de 4 de janeiro**; **Aviso n.º 87/2016, de 6 de janeiro**; **Aviso n.º 130/2015, de 7 de janeiro**; **Aviso n.º 219/2014, de 7 de janeiro**; **Aviso n.º 17289/2012, de 28 de dezembro**; **Aviso n.º 24866-A/2011, de 28 de dezembro**; **Aviso n.º 27831-F/2010, de 31 de dezembro**

Ministério das Finanças – Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, IP, taxa de juros de mora aplicáveis às dívidas ao Estado e outras entidades públicas e Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, EPE, Taxa de juros de mora aplicáveis às dívidas ao Estado e outras entidades públicas.

### **Portaria n.º 66/2011, de 4 de fevereiro**

Normas complementares de definição dos procedimentos e delimitação dos elementos e meios de prova, em cumprimento do disposto no n.º4 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º1-A/2011, de 3 de janeiro.

### **Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro**

Regulamentação do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social

### **Artigos 108.º e 109.º da Lei n.º110/2009, de 16 de setembro**

Código dos Regimes Contributivo do Sistema Previdencial de Segurança Social.

## **E2 – Glossário**

### ***Taxa contributiva***

A percentagem que é paga à Segurança Social sobre as remunerações pagas aos trabalhadores contratados.

### ***Cheque bancário***

É um cheque emitido por um banco sobre uma conta desse mesmo banco a pedido de um seu cliente para efetuar um pagamento a terceiros, existindo sempre a garantia do seu pagamento e é obrigatoriamente nominativo, nunca emitido ao portador. (Custo cheque bancário = aprox. 8,00€).

### ***Cheque visado***

É um cheque emitido pelo cliente de um banco com a garantia prestada pelo banco sacado de cativação da importância do cheque na conta do cliente. (Custo cheque visado = aprox. 30,00€).